



CONCLUSÕES DA APDSI

MeetOn “Testemunhos de Transição Digital na Democracia”

05 de maio de 2020

Em pleno período de confinamento, para conter a disseminação do novo coronavírus, a APDSI organizou, no dia 30 de abril de 2020, um encontro online que juntou os testemunhos de Maria de Fátima Fonseca (Secretária de Estado para a Inovação e Modernização Administrativa), Ricardo Baptista Leite (deputado do Partido Social Democrata (PSD)), Helena Martins (Public Policy Manager da Google Portugal) e José Magalhães (deputado do Partido Socialista (PS)), acerca da forma como olham para a atual transição digital a que a democracia se viu obrigada desde meados de março. A moderação esteve a cargo de Miguel Brito Campos, Vogal da Direção da APDSI.

A Secretária de Estado para a Inovação e Modernização Administrativa, Maria de Fátima Fonseca, acredita que este período trouxe ensinamentos que se deveriam perpetuar: “Em Portugal somos uma sociedade democrática e continuaremos a ser

peças livres que exercem a sua livre decisão e colaborar na definição de um futuro que queremos deixar aos nossos filhos”.

Muitos projetos de mudança, que vinham a acontecer nos últimos anos, acabaram por ser acelerados, devido ao contexto presente, o que não lhes retira essa característica de constituírem projetos que, mesmo sendo acelerados, não são resultado de falta de ponderação. Há uma face visível de migração para o digital na Administração Pública.

Face à contingência de confinamento, foi reforçada a componente digital e telefónica na Administração Pública (AP), sendo este mais um exemplo de que se está em processo de migração para o digital. Outro exemplo dessa deslocação, logo a 18 de março, foi a **criação da plataforma “Estamos ON” – a face visível de uma organização que está ao serviço do cidadão** e que criou respostas rápidas para dar ao seu público. A AP também não parou as funções de *backoffice* para garantir todas as frentes de serviço ao cidadão. No meio desta crise pandémica, as necessidades de primeira ordem foram cumpridas, ressalva a Secretária de Estado.

O teletrabalho veio reforçar a capacitação das lideranças em gerir equipas remotamente, num ambiente exigente e de crise.

Tudo isto faz parte de uma vivência democrática e estamos numa nova Era da vida em sociedade: “as circunstâncias contextuais fazem com que a forma como nos posicionamos perante os desafios sociais e económicos definem a forma como se encara a tecnologia – que tanto pode ser vista como ameaça, como oportunidade”, descreve Maria de Fátima Fonseca, reconhecendo o potencial de aproximação virtual das pessoas às instituições públicas, uma vez que muitos são, hoje em dia, os cidadãos que identificam problemas e soluções. As tecnologias da atual geração constituem um desafio para os sistemas de governação – empoderamento das pessoas que consideram que não têm opção política.

A Secretária de Estado vê ainda, nesta Transição Digital na Democracia, a capacidade para robustecer a nossa economia, que traz, todavia, riscos, como as decisões que tomarmos sobre tecnologia terem de ser partilhadas com todas as partes interessadas. A academia e o mundo empresarial têm tido um papel importante num conjunto de

tecnologias que estão agora visíveis e tendem a ser aprofundadas. Para se fazer uma associação da tecnologia à democracia, é preciso garantir que as forças de participação democrática e cívica sejam reforçadas e não destorcidas ou penalizadas pela utilização de um conjunto de ferramentas que podem trazer riscos, se não forem usadas corretamente, especialmente nas tecnologias que têm poder sobre as decisões coletivas.

Do lado menos positivo, Maria de Fátima Fonseca destaca que a resposta normativa é antiga para problemas novos, como a biometria e autenticação digital numa interconexão de dados. O quadro de incertezas em que a AP está agora a trabalhar não deve paralisar a sua missão, mesmo na ausência de enquadramento normativo para estes novos problemas, havendo uma infraestrutura já existente e que deve ser melhor aproveitada.

Ricardo Baptista Leite, deputado do Partido Social Democrata, começou por lembrar que a pandemia obrigou a simplificar uma série de procedimentos tendo-se percebido que o acesso à largura de banda é fundamental para reforçar a democracia no digital e num democrático acesso de todos à Internet. As empresas vieram a perceber a facilidade do teletrabalho e de processos que, graças à tecnologia, são cada vez mais simplificados e, depois de recuperarem, deviam perceber a importância do investimento em infraestruturas tecnológicas, considera.

A capacidade infraestrutural dos sistemas informáticos existentes e a Linha Saúde 24, que deixou de atender 15 mil chamadas num só dia, provam que precisamos de investir continuamente no digital. Outro exemplo deixado pelo deputado é a prescrição eletrónica de receitas. Os doentes não deviam ter medo de ver a sua receita prescrever. **Sem receita eletrónica, os doentes crónicos teriam sérias dificuldades neste momento; é inquestionável a sua importância.** Estes são avanços, conseguidos neste quadro pandémico, que não podemos desperdiçar e que permitiram a discussão sobre um maior investimento no acesso aos dados, bem como na tecnologia preditiva

e de apoio à decisão clínica. “Precisamos de investir em dados e dados de qualidade e uma georreferenciação desses dados”, ressalva Ricardo Baptista Leite.

O papel dos cidadãos também mudou drasticamente. O Parlamento tem de estar em todas as redes e de uma forma interativa. “O Parlamento Virtual continua a ser uma visão museológica do Palácio de São Bento, mas as pessoas deviam ter ali uma porta aberta à participação cívica. Há tecnologias que podem ajudar a responder a perguntas: *chatbots*, por exemplo, e outros recursos que tragam a possibilidade de aproximar o eleito do eleitor.”

O deputado considera que a AR TV foi um passo em frente, “mas é apenas TV e devia ser um canal de interação que num mundo pós-pandemia devia ser colocado em causa, tendo em vista uma melhoria do sistema democrático”. Alguns Parlamentos recorrem a tecnologias *wiki* para aproveitarem ideias da população e assim as poderem implementar. Os objetivos que as leis pretendem alcançar deviam ser auscultados pela população, que também deveria poder corrigir modelos legislativos democráticos.

O papel dos cidadãos nas redes sociais mudou drasticamente; o Parlamento tem de estar disponível para um contacto mais direto com os cidadãos. O motor de busca no *site* do Parlamento também está ultrapassado, sendo o Google uma melhor ferramenta que o próprio *site*, considera o deputado.

O deputado do Partido Socialista (PS), José Magalhães, responsável pela introdução da Internet no Parlamento e pela chegada da AR TV à TV Cabo, lembra que se começou um processo digital em Portugal ao mesmo tempo que a Europa instaurava um processo de criação de instrumentos para uma sociedade tecnologicamente ativa. Tudo isto levou Portugal a um patamar “decente”, com Internet nas escolas (desde dezembro de 2001) e com a chave móvel digital. Portugal teve, inclusivamente, um papel influente nalgumas áreas, apesar de, no Parlamento, se ter notado algum “desprezo pelo digital”, quando os e-mails eram a grande inovação do momento.

A maior dificuldade neste período, refere José Magalhães, foi sentida pela população idosa docente em contexto escolar, que só com a “ajuda” do vírus é que está a ser empurrada para a frente: “Era preciso pôr em prática políticas públicas nesta área”.

Portugal tem fibra da melhor qualidade, mas regiões pouco ligadas por défice de qualificações digitais e outras de carácter básico. Este cenário traz dificuldades à AP, que não pode proclamar a supremacia do digital, porque haverá sempre cidadãos que não sabem como tirar partido desses meios; não servem de nada se não forem bem utilizados.

As escrituras públicas realizadas *online* constituirão mais um passo para a otimização de ferramentas digitais. “É necessário intensificar o uso destes instrumentos. É necessário melhorar as *skills* da população idosa e aqui as Juntas de Freguesia podiam desempenhar um papel mais intenso do que desempenham atualmente”, afirma o deputado socialista.

Vai haver um eclipse da lei devido à natureza própria da Internet, no seu carácter global? Sim, vai haver até uma grande vaga regulatória, porque o combate ao cibercrime, a luta pelas questões de propriedade intelectual, a defesa das crianças, as transações financeiras, os direitos humanos e outros fatores de risco, exigem a intervenção de um legislador – a única entidade que pode definir as regras do jogo. Na ausência de uma lei, é o legislador que emite orientações, mas sempre sob a ressalva que a lei ou decisão administrativa determinem o contrário. Se o legislador se calar, gera-se uma grande crise de identidade na CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Há uma divisão entre Estados que são a favor da centralização de dados e da divisão de dados. Este é um debate que se tem de fazer, considera José Magalhães, que vê ainda, num horizonte a médio prazo, uma **vasta agenda, que implica uma reestruturação da maneira de trabalhar no Parlamento**, o interiorizar da utilização de ferramentas em condições que não pensávamos e estender as fronteiras de direitos, liberdades e garantias que não devem ser comprimidas.

Esta é uma oportunidade para mudar rotinas. Há capacidade de dar respostas remotamente, exceto nos tribunais, onde houve paralisação, acompanhada por um conjunto de procedimentos e medidas cautelares, mesmo quando havia condições de caráter tecnológico para audiências, por exemplo, através da “banal videoconferência”.

Mas será que qualquer pessoa consegue tirar partido das atuais ferramentas com proveito? – desafia.

Helena Martins, Public Policy Manager da Google Portugal, fechou o painel de intervenções sobre a transição digital na democracia, considerando que o digital traz riscos, mas a oportunidade da diminuição da barreira na partilha da informação e no dar voz a determinadas comunidades que podiam não conseguir falar de outro modo, permite a alguns negócios venderem os seu produtos e diminui as barreiras entre governos e populações. “Diminui a barreira para que negócios possam vender os seus produtos; diminui o *gap* de acesso a determinados serviços e informações”, diz Helena Martins.

A missão da Google em tudo isto é organizar todas as informações do mundo e torná-las disponíveis. O acesso a informação de qualidade é essencial para a tomada de decisão e para o debate público, prevenindo a participação de quem usa a tecnologia para fins questionáveis (pessoas mal-intencionadas).

Neste contexto de pandemia, a Google trabalhou para que a informação dos canais oficiais, como do Serviço Nacional da Saúde, aparecesse em primeiro lugar no resultado das pesquisas.

A iniciativa “Estamos On” – *site* que reúne informações sobre economia e cuidados a ter – também ganhou popularidade, graças a colaborações com a Google, que fazem com que apareça tudo nos primeiros resultados de qualquer pesquisa sobre o tema. No Google Play, a pesquisa também foi limitada às apps oficiais relacionadas com o Ministério da Saúde, por exemplo, ou com a Direção Geral da Saúde.

Com as escolas fechadas, os alunos precisavam de transportar as suas aulas para o *online*, por isso foi também estabelecida uma parceria com o Ministério da Educação, a fim de garantir a qualidade do ensino à distância. Havia ferramentas e não havia o conhecimento de como as utilizar rapidamente. Assim, assistimos ao lançamento de diversos canais no YouTube e à disponibilização de ferramentas gratuitas para as pequenas empresas e para o setor do turismo.

Quanto ao relatório da mobilidade, graças ao recurso à tecnologia Google Maps, também se consegue ver se determinado local ou estabelecimento está com muita movimentação ou não. Estes dados são anonimizados, não existe identificação do utilizador ou partilha de contactos, mas é **uma ferramenta que permite apoiar decisões do Governo em medidas de distanciamento social ou analisar efeitos de determinadas medidas que o promovam.**

Em qualquer caso, é o utilizador que decide se quer ou não partilhar determinada tecnologia no seu telemóvel. A Google promove a proteção de dados, conclui Helena Martins, enquanto lembra que o rastreamento de dados foi outra ferramenta estudada nesta altura, em parceria com a Apple, para se poderem dar informações sobre o contágio ao utilizador e ao Governo.

O impacto da tecnologia para resolver uma crise destas depende de uma colaboração intensa com outras empresas, governos e com a sociedade civil. “Temos algo a aprender com esta pandemia que devemos aplicar noutros contextos”, refere.

Este foi o primeiro de um conjunto de MeetOn a que a APDSI pretende dar continuidade, para levar a cabo a sua missão de promoção e desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal. Os MeetOn são eventos curtos, informais e direcionados para uma temática específica, mas com participação a distância, através de uma plataforma de videoconferência.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e societais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

mail | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinadores Globais da APDSI

